Críticas a modelo econômico não encontram respaldo nas estatísticas, diz Puty

08/03/2013



Entrevista do deputado federal Cláudio Puty para o site da liderança do PT na Câmara.

As críticas da oposição e da grande mídia ao modelo econômico do governo da presidenta Dilma Rousseff, além de uma questão eminentemente política, não encontram respaldo nas estatísticas e revelam a completa ausência de um projeto político-econômico que contraponha ao que está em curso no Brasil há dez anos com os governos petistas. Esta é avaliação do deputado Cláudio Puty (PT-PA), vice-líder do governo no Congresso Nacional, sobre as previsões catastróficas que recaem sobre a atual condução da economia brasileira. “Estamos num mundo que continua em crise, e as medidas que têm sido tomadas são absolutamente corretas. Fazem parte de um programa e não estão desvinculadas de uma estratégia geral, têm fundamento teórico e amparo estatístico”, afirma Puty, em entrevista ao PT na Câmara.

O deputado Cláudio Puty é graduado em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Economia pela University of Tsukuba (Japão) e doutor em Economia Política pela New School for Social Research, Nova Iorque (EUA). A seguir a íntegra da entrevista.

Como o senhor analisa essa postura da grande mídia e da oposição de sempre olhar a política econômica do atual governo sob uma ótica catastrófica?

CP – A grande imprensa seleciona temas com o objetivo de colocar em xeque a política econômica do governo Dilma, que evidentemente vai na contramão dos princípios ortodoxos que agradariam aos defensores da dependência do mercado financeiro e a seus departamentos de pesquisa. Isso começou há dois anos, com uma suposta denúncia de leniência do governo brasileiro em relação à política de combate à inflação. A inflação arrefeceu e mudaram de assunto. Passaram a tratar de baixo crescimento; de intervenção do Banco Central; de política de mudança das regras da poupança; de uso dos bancos estatais na redução dos spreads; e depois de mudanças na composição dos tributos e encargos nas contas de energia elétrica. Mais recentemente, apelaram até para a meteorologia, alardeando o risco de desabastecimento de energia, caso não chovesse. Mas, para azar deles, voltou a chover. Retornaram agora, portanto, ao tema da inflação. O que se percebe é que, para além das estatísticas, trata-se de um problema eminentemente de disputa política.

E o que de fato as estatísticas apontam sobre o controle da inflação nos governos do PT?

Em 11 dos 14 anos do Sistema de Metas (de inflação), o centro da meta não foi alcançado. Quando a gente ouve os comentaristas econômicos da grande imprensa falarem sobre o assunto, eles tratam o sistema de

metas como se fosse simplesmente o centro da meta, mas nesses anos todos não alcançamos o centro da meta. A meta, na realidade, é uma banda, para cima ou para baixo. No próprio governo do PSDB, os atuais críticos do governo Dilma, que estavam nos gabinetes conduzindo a política econômica, não foram bem-sucedidos nesses critérios que exigem hoje do governo. A meta em 1999 era 8%, caindo em 2000 para 6% e, depois, para 4%. Quando a meta foi de 8%, a inflação foi 8,94%. Em 2001, a meta de Fernando Henrique Cardoso foi de 4% e a inflação foi de 7,67%. No último ano de FHC, a meta era de 3,5% e a inflação foi de 12,53%. Então, no que se refere às estatísticas, os tucanos e seus defensores não têm muito o que dizer, apesar de gostarem muito de falar como os pais da estabilização inflacionária. Já nos anos de Lula e de Dilma, mantivemos a inflação dentro da meta, com taxas de 7,60%, 5,69%, 3,14%. Nos dois anos do governo Dilma, a taxa permaneceu em torno de 6% e, no ano passado, ela foi de 5,84%. Então, está dentro da banda de tolerância.

Na época de FHC, em que contexto foram estabelecidas as Metas de Inflação e qual era o objetivo dessa medida?

O Fernando Henrique lançou o Plano Real lá em 1994, que era baseado no sistema de paridade do Dólar com o Real. Ou seja, o câmbio fixo. Então, quando você cria uma paridade da moeda deles com a nossa, você está igualando desiguais. De cara, gera um enorme problema para as nossas exportações… A consequência é que o Brasil quebrou duas vezes com essa estratégia tucana. A última delas, em 1999, quando o Brasil não foi mais capaz de segurar a paridade entre o Real e o Dólar. Em janeiro de 1999 – não antes de essa notícia ser vazada para alguns dos tucanos, que enriqueceram às custas da especulação, por saber de antemão que o Real iria depreciar – abandonaram o sistema de câmbio fixo e criaram um novo sistema, que foi o sistema de Metas de Inflação, que já havia sido utilizado em outros lugares, como na Nova Zelândia. O sistema de Metas de Inflação foi baseado numa lei e num decreto. Em suma, a meta de inflação era anunciada com dois anos de antecedência a partir de uma portaria do Conselho Monetário Nacional. Por exemplo, em 2012, é estabelecida a meta para 2014. Aí o governo tem que fazer esforços para atingir aquela meta, com uma banda de tolerância para cima ou para baixo. É isso que tem sido feito.

Dentro dos parâmetros das metas previamente estabelecidas, quais foram as estratégias tucanas para conter a inflação?

Eles passaram a utilizar o câmbio flexível e o instrumento baseado na ideia da tríade impossível. Se você controla os preços a partir das taxas de juros, você tem que ter o câmbio flexível. Não dá para controlar o câmbio, os preços e os juros ao mesmo tempo. Optam, a partir de alterações na taxa de juros, controlar os preços, mas para isso o câmbio tem que ser flexível. Então, o que acontece: você aumenta os juros, há um enorme influxo de capitais especulativos para o Brasil, isso aprecia o câmbio e derruba nossas exportações. Você joga o país numa recessão, com o aumento das taxas de juros. Fernando Henrique chegou lá em 45%, 25% quando passou para o governo Lula. Então, coloca o Brasil num patamar muito elevado de juros, com todas as consequências sobre a produção, o emprego, a renda das pessoas e, principalmente, sobre os lucros dos bancos.

Qual a diferença da política econômica da presidenta Dilma?

Ela tem tentado com relativo sucesso nos últimos anos usar outros instrumentos que não seja a taxa de juros para controlar a inflação, mudando os custos, por exemplo, da energia elétrica, usando medidas de restrição ao crédito chamada de macroprudenciais, tentando evitar que a gente dê uma enorme dose de anestésico à economia para controlar os preços, que é o aumento dos juros. Não é à toa que a gente tem aí persistente crescimento da massa salarial, da renda do trabalhador e do emprego. Por isso, a resistência da presidenta de usar instrumentos de aperto monetário, porque isso tem consequências sobre um País que cresceu 1% no ano passado. Então, é uma absoluta irresponsabilidade dos analistas financeiros defenderem uma política ortodoxa de combate à inflação quando a gente cresceu 1% no ano passado. Nossa principal tarefa agora é fazer o País crescer.

E como se dá atualmente a relação do governo com o Banco Central no que se refere aos juros?

Hoje, há uma decisão política do Banco Central, o que contradiz a ideia de que ele tem que ser absolutamente autônomo. O Banco Central mudou com o governo Dilma, e o resultado está na trajetória descendente da taxa Selic. Foi uma decisão política do governo brasileiro. Ao contrário dos tucanos e do mercado financeiro, que diziam que o Banco Central tinha que ser absolutamente autônomo da vontade do governo eleito.

Como o senhor avalia a divulgação recente do Ministério da Fazenda de que em 2013 haverá retomada do crescimento, redução da inflação, aumento da massa salarial e retração do desemprego?

Vejo isso com muita tranquilidade, porque essa previsão já estava na peça orçamentária do ano passado, quando falávamos de inflação controlada, crescimento de 4,5% este ano. Não sei se vai crescer a essa taxa, mas certamente será bem maior que o do ano passado, que foi muito baixo. Não há sinais e nunca houve de descontrole inflacionário. Não faz sentido econômico o que eles (grande mídia e oposição) estão dizendo. Eles estão mais no campo da ideologia, da disputa política e da falta de agenda da oposição brasileira. Estamos num mundo que continua em crise, as medidas que têm sido tomadas são absolutamente corretas, fazem parte de um programa, não estão desvinculadas de uma estratégia geral, têm fundamento teórico, tem amparo estatístico.

Compartilhe nas redes: